

Aposentadoria exige planejamento de longo prazo e disciplina

Aposentadoria exige planejamento de longo prazo e disciplina

A falta de preparação pode custar caro quando o indivíduo deixa de trabalhar e passa a viver exclusivamente de benefício do INSS

CAIO PRATES

do Portal Previdência Total

As sucessivas discussões sobre a mudança no sistema previdenciário no Brasil têm servido como alerta para os trabalhadores sobre a importância de um planejamento financeiro de longo prazo. Advogados especializados reforçam que o brasileiro, em geral, ainda não cultiva o hábito de se preparar para a aposentadoria – e isso pode custar caro na velhice.

Entre os principais problemas enfrentados na terceira idade estão a necessidade de continuar trabalhando para complementar a renda, queda no padrão de vida e até dificuldades em manter gastos básicos com alimentação e saúde. “Nossos idosos vivem mais, mas as aposentadorias do regime público não acompanham esse novo cenário. Para manter uma vida digna, é necessário complementar a renda”, alerta o advogado Celso Joaquim Jorgetti, da Advocacia Jorgetti.

Ele reforça que a cultura do planejamento é praticamente inexistente no País. Muitos brasileiros admitem não guar-

dar dinheiro para o futuro, seja por falta de recursos no fim do mês, seja por descrença de que a poupança valha a pena.

A instabilidade econômica e o desemprego também são obstáculos ao planejamento. Mesmo quem tenta poupar pode ser forçado a interromper esse esforço diante de emergências financeiras. “Além da perda do poder de compra dos benefícios, muitos aposentados acabam prorrogando a saída definitiva do mercado de trabalho. Com um bom planejamento, seria possível escolher o melhor momento de se aposentar e adequar o modo de vida”, destaca o advogado Thiago Luchin, especialista em planejamento previdenciário do escritório Aith, Baidari e Luchin.

Para Luchin, o primeiro passo é garantir o melhor benefício possível junto ao INSS. Depois, o ideal é buscar uma aposentadoria complementar e investir em reservas financeiras, como imóveis e aplicações de longo prazo.

Os especialistas ressaltam que as regras atuais para aposentadoria no Brasil, em vigor desde a Reforma da Previdê-

dência, preveem diferentes modalidades conforme o perfil do trabalhador. Para se aposentar por idade, mulheres precisam ter no mínimo 62 anos e 15 anos de contribuição, enquanto os homens devem ter 65 anos e a mesma carência mínima. Já na aposentadoria por tempo de contribuição com idade mínima progressiva, em 2025, exige-se 59 anos e 30 anos de contribuição para mulheres, e 64 anos e 35 anos para homens. Outra alternativa é a regra por pontos, que soma idade e tempo de contribuição: 92 pontos para mulheres (com mínimo de 30 anos) e 102 pontos para homens (com mínimo de 35 anos).

Há ainda as regras de transição com pedágios: o de 50%, para quem estava a até dois anos da aposentadoria em 2019, e o de 100%, que exige o dobro do tempo faltante à época da reforma e idade mínima de 57 anos (mulheres) ou 60 anos (homens). Professores têm regras específicas com exigência de idade e tempo reduzidos. O cálculo do benefício parte da média de todas as contribuições desde 1994, com acréscimos a partir de 60% conforme o tempo extra de contribuição.



THIAGO LUCHIN. Advogado destaca necessidade de ter uma renda complementar na aposentadoria

Mudança de mentalidade é essencial

A preocupação com o futuro ainda é pequena durante a vida profissional, na visão do advogado Ruslan Stuchi. “No Brasil, as pessoas só pensam na aposentadoria quando param de trabalhar – e aí percebem que o valor é insuficiente. Por isso, muitos idosos voltam ao mercado, porque os gastos aumentam, especialmente com saúde.”

Stuchi destaca que é importante um planejamento de longo prazo. “Quanto mais cedo começar, melhor. O dinheiro no tempo vale mais, e qualquer tipo de planejamento com antecedência gera resultados mais consistentes. E o trabalhador precisa estar atento

a todas as mudanças nas regras da Previdência e nas oportunidades para pensar em uma aposentadoria mais tranquila”, alerta.

Celso Joaquim Jorgetti recomenda que o hábito de guardar ao menos 10% da renda mensal seja incorporado quanto antes. A combinação entre o benefício do INSS e uma reserva própria pode garantir estabilidade. “Quanto mais tempo o trabalhador tiver para contribuir, menor o valor mensal que precisará poupar”, ressalta.

Para os especialistas, a previdência privada é um bom complemento – mas não um substituto. “Ela deve funcio-

nar junto à previdência pública. Se a aposentadoria do INSS for suficiente, talvez não seja necessário buscar a privada. Mas, na maioria dos casos, ela ajuda a fechar as contas”, frisa Stuchi.

Entre os cuidados, está o comprometimento com o próprio futuro. “A diversificação é o ponto forte do investidor moderno. O segredo está em estudar, buscar conhecimento e distribuir os recursos entre renda fixa e variável, sempre com foco em estabilidade e rendimento. Entretanto, não adianta iniciar um plano e sacar para fazer uma viagem. O planejamento vai por água abaixo”, comenta Jorgetti.

CP

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Economia **Página:** 5